

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

AVALIAÇÃO ESCOLAR

Aluna: Lúcia Helena Santos Soares

Orientadora: Ana Lorena Briel

Castro, fevereiro de 2010.

LÚCIA HELENA SANTOS SOARES

AVALIAÇÃO ESCOLAR

Artigo apresentado como requisito de conclusão
do curso de Especialização em Gestão Escolar da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Ana Lorena Bruel

CURITIBA

2010

AVALIAÇÃO ESCOLAR

Lúcia Helena Santos Soares
Curso de especialização em gestão escolar

Orientadora: Prof^ª. Ana Lorena Briel

Resumo: A questão da avaliação na educação existe e ninguém desconhece, portanto não há como negar que a avaliação é um dos grandes problemas que a escola possui e que precisa ser enfrentado para ser resolvido. Pensando assim, surgiu a motivação para buscar, através de uma pesquisa bibliográfica, causas e possíveis alternativas de solução ou compreensão para a problemática da avaliação escolar. Este estudo visa realizar um aprofundamento teórico no que se refere à avaliação, estabelecendo uma relação com as propostas desenvolvidas no contexto escolar. Partiu-se da trajetória percorrida pela avaliação no sistema da educação brasileira, constatando-se a dicotomia existente entre o ato de avaliar e de educar, bem como analisando a concepção que os teóricos têm sobre o tema, uma vez que a avaliação, de uma maneira geral, continua sendo vista e aplicada pelos professores como instrumento de pressão e controle, anulando desta forma o objetivo da educação. Constatou-se que o ato de avaliar, na escola atual, exige uma mudança não só nas técnicas de avaliação, mas também na postura de todos os elementos envolvidos no processo ensino-aprendizagem a fim de que venha contribuir na formação do educando enquanto cidadão.

Palavras-chave: Educação. Avaliação. Processo Ensino-Aprendizagem.

Summary: question assessment in education is and nobody knows, so there is unable to refuse rating is an of the major problems that has the school and what experienced must be resolved. Thinking was so the motivation to search issue school assessment by a bibliographic search, causes and possible alternatives or understanding. This study aims to achieve a deepening theoretical on assessment, establishing a relationship with the proposals developed in the school context. Line of Parcourue trajectory of evaluation in the Brazilian educational system, note the dichotomy that exists between the law have schools, evaluation and analysis of the theoretical design concerned since the assessment in General remains Vista and applied by teachers as an instrument of pressure and control, aborts goal of training. Note that the Act of reporting in the current school one change requires not only evaluation techniques, but also capable of everything the teaching-learning process involved contribute to establishing education as citizens

Keywords: education. Assessment. Teaching-learning process.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da Abordagem Geral do tema em análise: “AVALIAÇÃO ESCOLAR”. A avaliação não deve ser compreendida como uma definição sobre o sucesso ou fracasso do aluno, e sim como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar e orientar a intervenção pedagógica. Deve acontecer contínua e sistematicamente, por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. A avaliação está diretamente relacionada com as oportunidades que foram oferecidas durante o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

Precisamos, contudo efetivar uma prática educacional preocupada com a transformação social, com clareza de nossas ações e reflexões constantes sobre o nosso fazer pedagógico. Então é apresentado o tema: Avaliação Escolar

Para a efetivação da pesquisa bibliográfica que deu origem ao artigo, duas questões nortearam a análise da realidade: 1. De que forma a avaliação escolar vem sendo desenvolvida nas escolas pelos professores? E 2. Como os instrumentos avaliativos são aplicados atualmente nas escolas e quais os reflexos desse processo na formação do aluno enquanto cidadão?

Sabe-se que a avaliação pode ajudar os alunos a crescerem dentro do processo educacional, respeitando as particularidades de cada ser e valorizando suas manifestações e interesses. Para isso, urge que o professor perceba o aluno como sujeito do próprio desenvolvimento, mantendo-se alerta no que se refere à relação professor-aluno, onde cada ação pedagógica e seus efeitos são avaliados constantemente por educadores, de forma que os erros passam a ser vistos como possibilidades de novas ações.

A avaliação é uma tarefa necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino-aprendizagem.

Sabe-se que conceituar a avaliação escolar é uma tarefa complexa, de difícil execução, influenciada por variadas fontes e autores. Por conseguinte, faz-se necessário que a avaliação seja abordada considerando tanto a concepção tradicional quanto uma abordagem qualitativa e crítica.

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR

Segundo Silva (apud LUDKE, 1934, p.28): “ Avaliação é o processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para julgar decisões alternativas”. Nesta perspectiva, compreende-se a avaliação como uma definição, um juízo de valor, a respeito do processo de ensino e de aprendizagem, que deve contribuir para a tomada de decisão em relação aos rumos da ação pedagógica.

A avaliação é um processo contínuo, sistemático, compreensivo, comparativo, cumulativo, informativo e global, que permite avaliar o conhecimento do aluno. O professor, sendo educador, deverá ser o investigador de seu fazer pedagógico, para poder compreender as diversas e complexas situações que se produzem nas atividades docentes, em especial, no processo de avaliar. O questionamento da prática avaliativa, do processo ensino-aprendizagem são reflexões que devem ser constantes pelos educadores para obterem melhores resultados. Caso contrário, se não questionar suas ações não verá necessidade de mudança, de aperfeiçoamento e busca de soluções para os problemas

Conforme Libâneo (1994, p. 196), “A avaliação escolar é um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultado obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos orientando a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes”.

Em se tratando de avaliação, deve-se ter em mente que esta não deve recair somente sobre a aprendizagem dos alunos, mas precisa fornecer ao professor os elementos necessários à reflexão sobre sua própria prática pedagógica. Dessa forma, o educador poderá conscientizar-se sobre aspectos que devem ser retomados ou reorganizados, a fim de que sejam trabalhados individualmente ou com todo o grupo.

A escola é um dos espaços que mais sofrem as conseqüências das mudanças que ocorrem na sociedade. Advoga-se que as escolas devem rejuvenescer seus objetivos e processos de trabalho tidos como defasados em relação às demandas do mercado. Espera-se que respondam com prontidão aos desafios impostos pelos novos contextos sociais, que implicam mudanças paradigmáticas na forma de ensinar, aprender, avaliar.

O distanciamento dos órgãos emissores das políticas centrais não impede que atores e organismos sociais construam resistência que tem possibilitado conquistas significativas.

A motivação intrínseca para estimular ações de alunos, docentes e instituições, com vistas à superação de seus próprios escores, continua cedendo lugar, via de

regra, a estímulos extrínsecos, de natureza pontual, sem que pra isso se levem em contas as motivações e os interesses a que atendem. Assim os novos paradigmas permanecem perpassados por lógicas do passado, em contextos que demandam mudanças.

Um professor não pode avaliar de maneira formativa se não souber com bastante precisão em que consistem os funcionamentos intelectuais a serem desenvolvidos nos alunos, sua gênese e suas condições.

No novo contexto social, ainda é precária a relação entre sociedade e avaliação. Para que essa prática seja incorporada á agenda das pessoas e instituições, é preciso esclarecer a importância de seu uso. Avalia-se exaustivamente tudo e todos, por motivações distintas, mas as medidas educacionais (resultado dos estudantes) continuam informando que os alunos não tem aprendido aquilo que as escolas pensam estar ensinando.

A avaliação, para cumprir os fins educativos dela esperados, ao menos no plano discursivo, precisaria perder essa centralidade apresentada na cena política. Ganharia mais significado político e pedagógico, mostrando-se coerente com a função formativa que dela se espera, se não fosse discutida de modo isolado das demais categorias do trabalho escolar. Quanto mais se quiser avaliar a serviço da aprendizagem, mais atenção deverá ser dada ao “ conjunto da obra”, e isso envolve uma análise da natureza do trabalho pedagógico realizado em sua inteireza.

A cultura de avaliação que tem dominado a cena pedagógica permanece centrada no aluno e no quanto se esforçou por aprender aquilo que lhe foi ensinado, tal como foi ensinado. A forma de organização da escola, seriada ou mesmo em ciclos, não tem posto em xeque devidamente o trabalho pedagógico, o qual continua marcado pela fala professoral, e esta acaba ensinando, mesmo que não o pretendia ou sequer se dê conta disso, que há um jeito certo de aprender.

Ensina-se que as aprendizagens requeridas dos alunos devem ater-se á eficácia instrumental que eles precisam desenvolver para ter lugar e êxito no mercado competitivo em que se transformou a sociedade.

A qualidade reveste-se de forte tom meritocrático, individualista, competitivo e orientado pelo interesse mercadológico. A prova de que o aluno aprendeu é tornada visível pelo resultado nos exames nacionais de desempenho, que têm sido a tônica das políticas públicas de avaliação da qualidade das escolas e dos projetos educacionais.

A avaliação institucional funciona como instância mediadora entre os processos de verificação em larga escala propostos pelo sistema de ensino e a avaliação da aprendizagem dos alunos com base na sala de aula e no trabalho do aluno e do professor. A

Há diversas modalidades de avaliação, caracterizadas conforme o período ou momento em que ocorrem e conforme os objetivos. A avaliação diagnóstica inicial é realizada no começo do processo e tem por objetivo coletar informações sobre o conhecimento prévio do aluno. A avaliação formativa é realizada ao longo do processo de ensino-aprendizagem e corresponde a uma concepção do ensino que considera que aprender é um processo por meio do qual o aluno vai reestruturando seu conhecimento a partir das atividades que executa.

Dessa forma, possibilita que o professor acompanhe o desenvolvimento do aluno por meio de aproximações sucessivas. A avaliação somativa enfatiza os resultados obtidos ao final do processo a fim de verificar se os objetivos propostos foram ou não alcançados pelos alunos.

O maior problema da avaliação somativa é que, na maioria das vezes, ela é utilizada como única fonte de avaliação educativa.

Para uma avaliação precisa e segura, são necessários instrumentos, critérios de avaliação e registros que enfoquem as várias dimensões do processo educativo e, principalmente, que se saiba interpretá-los para que se tornem eficazes, pois alguns objetivos planejados que não foram alcançados durante o processo de ensino e aprendizagem, necessitarão de ajustes mediante as dificuldades apresentadas pelos alunos.

Segundo Moreto (2000), para se ter sucesso no ensino é preciso que o professor estabeleça claramente os objetivos ao preparar suas aulas, analisando os conteúdos propostos e verificando se são relevantes para o contexto de seus alunos, considerando as características psico-sociais, graus intelectuais, capacidade de estabelecer relação do conteúdo ensinado com o dia-a-dia.

“Se buscamos uma escola que não seja uma preparação para a vida, mas que seja ela mesma uma rica experiência de vida, se buscamos uma escola que não seja reprodutora dos modelos sociais discriminatórios, mas promotora do desenvolvimento integral de todos os alunos, temos de repensar a avaliação”.(VASCONCELOS, 2000)

A avaliação da aprendizagem é uma questão político-pedagógica e deve sempre contemplar as concepções filosóficas de homem, de educação e de sociedade, o que implica em uma reflexão crítica e contínua da prática pedagógica da escola e sua função social.

Nesse contexto, há necessidade de referenciais que sejam claros no processo avaliativo, não podendo se limitar à verificação da aprendizagem de conteúdos ou atividades, usando-se tão somente os instrumentos de provas e notas, embora façam parte desse processo. Por isso, a avaliação deve contemplar uma concepção mais ampla, uma vez que envolve formação de juízos e apreciação de aspectos qualitativos. Essa deve ser compreendida como

uma ação reflexiva do processo da aprendizagem, pois é um instrumento essencial no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. No sistema educacional, a avaliação deve acontecer de forma organizada e planejada de acordo com as normas que regem o Sistema de Ensino.

O caráter social da avaliação envolve seleção e classificação, predominantemente realizada no final do período de formação, de modo a atestar a aquisição (ou não) de conhecimentos que permitirão (ou não) a um determinado aluno cursar o nível seguinte. Por outro lado, o caráter pedagógico ou formativo apresenta informações relevantes para que o professor possa adequar as atividades às necessidades dos alunos. Nessa perspectiva, a avaliação não pode centrar-se apenas no final do processo de ensino-aprendizagem, mas permeia todo o seu desenvolvimento.

Hoffmann (2001) remete a uma reflexão sobre a relação entre o processo de avaliação e controle. Para a autora, o controle pode ser caracterizado como cerceamento ou acompanhamento: “Quando se controla para julgar, basta andar ao lado de alguém, observando, registrando, coletando provas do caminho que trilhou. Quando se acompanha para ajudar no trajeto, é necessário percorrê-lo junto, sentindo-lhe as dificuldades, apoiando, conversando, sugerindo rumos adequados a cada aluno”. Nessa perspectiva, o professor deve avaliar continuamente, mas a natureza de sua intervenção será diferente em cada momento do processo.

Vasconcellos critica a dicotomia observada em relação a processo e produto, afirmando que, “o que vislumbramos é avaliar o produto no processo” (1998, p.51). Para ele, a avaliação processual resgata o sentido da avaliação no processo educativo, entendendo que esta pode ser realizada com base na produção cotidiana dos alunos, e não em momentos especiais, como o dia da prova.

Hoffmann destaca ainda que

“as práticas avaliativas baseadas em processos classificatórias fundem-se na competição e no individualismo. Entretanto, à medida que os estudos apontam para o caráter interativo e intersubjetivo da avaliação, alertam também para essencialidade do diálogo entre todos os que fazem parte desse processo, para a importância das relações interpessoais e dos projetos coletivos” (2001, p. 20).

Para tanto, aponta-se a necessidade da existência de registro sobre a produção dos alunos, de modo a possibilitar a verificação de progressos e possíveis intervenções. Nesse sentido, a observação em sala de aula é parte natural no processo: quanto mais frequentes e significativos forem os registros, mais serão ampliadas as possibilidades de uma ação

educativa direcionada às necessidades de uma ação educativa direcionada às necessidades individuais.

A avaliação deve ser entendida como uma atividade dinâmica e sistemática, que permeia e subsidia a prática pedagógica, através de instrumentos práticos, que possam dar um redimensionamento e redirecionamento para novos procedimentos do Sistema Educacional no atendimento de toda a demanda, com o objetivo do desenvolvimento integral do educando.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 9º, Inciso VI, determina que a União se incumbirá de assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar do Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de propriedades e a melhoria da qualidade do ensino. Já, o artigo 24, inciso V, alínea a, ressalta que a avaliação deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação da aprendizagem deve levar em conta os objetivos propostos no planejamento do professor e ser feita continuamente através de trabalhos individuais e em grupos, provas subjetivas ou objetivas ou outros procedimentos pedagógicos, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, sempre. A aprendizagem do aluno que apresentar necessidades educacionais especiais deverá ser adequada ao seu nível de desenvolvimento, observando suas habilidades e competências, contando com a participação dos profissionais envolvidos em seu processo educacional e assim aprimorar seu conhecimento.

Com normas legais do processo avaliativo que orientem toda a prática pedagógica, através de uma concepção democrática, a escola deve se valer tanto do processo de avaliação quanto do compromisso de todos os envolvidos, dando ao educando oportunidade que deve ser exercida através do direito de avaliar e ser avaliado, participar do processo, ser ouvido, com direito à informação, negociação e sigilo, oferecendo condições para que o aluno analise o seu contexto e possa produzir cultura. Isso significa reconhecê-lo como sujeito do seu contexto sócio-histórico.

No que se refere ao aluno, a avaliação deve ser um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas e dificuldades, e ao professor deve favorecer reflexão contínua de sua prática pedagógica, contribuindo com a construção de um planejamento que atenda as reais necessidades dos alunos.

Desse modo, pode-se dizer que levar em conta os diferentes aspectos do desenvolvimento dos alunos não significa atribuir notas e conceitos a tudo que se realize nas atividades escolares. Atitudes e valores devem ser acompanhados, pois eles fazem parte do processo educativo, não podendo ser objeto de avaliação quantitativa, incapaz de mensurar o progresso nos aspectos procedimentais e atitudinais dos educandos, não querendo com isso dizer que se devem aprovar os alunos de forma aleatória, mas se ter o cuidado de lhes garantir aprendizagem que possibilite seu sucesso no processo escolar.

Na concepção de Luckesi (2001), avaliar é acolher o aluno no seu ser e no modo de ser para, a partir daí, decidir o que fazer. Isso implica na possibilidade de verificar uma situação da forma como se apresenta, para depois intervir. Agindo dessa forma, o processo avaliativo será visivelmente progressivo.

A ação avaliativa oferece subsídios para os educadores refletirem sobre a prática pedagógica, no intuito de procurar identificar os conhecimentos prévios do aluno, auxiliando-o no seu processo de desenvolvimento e construção da sua autonomia. A prática da avaliação deverá ser coerente com a metodologia de ensino utilizada pelo professor. Ensinar e avaliar devem ter correspondências quanto aos níveis de complexidade adotados, ou seja, não se deve ser simplista ao ensinar e complexo ao avaliar, ou vice versa.

Avaliando a aprendizagem, avalia-se o ensino, num processo contínuo, pois o que se pretende questionar com isso é a forma ensinada, sua adequação às várias maneiras de desenvolver as aprendizagens apresentadas na sala de aula, levando-se em consideração a contextualização e fatos históricos vividos pelos alunos que influenciam na sua forma de aprender. É necessário que o professor conheça as características do grupo como um todo, o desenvolvimento cognitivo, psicológico e social e, a partir daí, organize condições adequadas para a aprendizagem, redirecionando o planejamento, dentro de seus aspectos de flexibilidade, e suas estratégias de ensino, pois aprender é construir significados e ensinar é oportunizar esta construção (Moreto, 2002, p.58).

A Proposta de Avaliação da aprendizagem, fundamentada nos princípios sóciointeracionistas, que compreende o educando como um ser em constante processo de construção e transformação, deve fazer com que a Avaliação se constitua como um instrumento pedagógico não apenas para mensurar, de modo imediatista, o conhecimento adquirido pelo aluno, mas para fazê-lo desenvolver em sua dimensão cognitiva, implicando também antever o desenvolvimento educativo do aluno em dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e intervir. Desta forma, uma avaliação no sentido de intervir, proporciona ao educando um 'feedback' que o orienta no processo de aprendizagem e na

autonomia do saber, não sendo possível um diagnóstico sem uma intervenção e uma intervenção sem um diagnóstico, pois um depende do outro na articulação dos procedimentos a serem tomados.

Os educadores não percebem a ação de educar e a ação de avaliar como dois momentos distintos e não relacionados, exercendo essas ações de forma diferenciada, isso é facilmente comprovado no momento em que o professor revela em seu cotidiano em efetivo acompanhamento do desenvolvimento dos alunos a partir de um relacionamento afetivo e busca de compreensão de suas dificuldades.

Entretanto, ao final do período bimestral ou trimestral, transforma suas observações, realizadas no decorrer do processo de forma significativa e consistente, em registros anacrônicos, uma ótica de conceitos classificatórios e listagens de comportamentos estanques. Assim, nota-se que esse professor não compreende a avaliação como educação, uma vez que, apenas cumpre uma exigência da escola sem perceber que a ação de avaliar se fez presente permanentemente em sua ação educativa.

A complexidade do fenômeno da avaliação é realçada por Perrenoud (1990), segundo o qual não existe avaliação sem relação social e sem comunicação interpessoal, tratando-se de um mecanismo do sistema de ensino que converte as diferenças culturais em desigualdades escolares. Por outro lado, a análise do processo avaliatório mostra que:

não existem medidas automáticas, avaliações sem avaliador nem avaliado; nem se pode reduzir um ao estado de instrumento e o outro ao de objeto. Trata-se de **atores** que desenvolvem determinadas **estratégias**, para as quais a avaliação encerra uma **aposta**, sua carreira escolar, sua formação.(...) Professor e aluno se envolvem num jogo complexo cujas regras não estão definidas em sua totalidade, que se estende ao longo de um curso escolar e no qual a avaliação restringe-se a um momento. (Perrenoud, 1990, p.18).

A desconsideração da avaliação como elemento de ensino e de aprendizagem faz com que, muitas vezes, sejam realizadas verificações apenas para lançar uma nota, classificar alunos, e assim por diante. Assim a avaliação deixa de fornecer informações úteis para melhorar a qualidade do processo, além de não contribuir para que se possa identificar a qualidade do desempenho do aluno e corrigir as falhas a tempo. O aluno que não atingir a fase de compreensão, não pode partir para aplicação; sem habilidade para escrever e ele nem sequer poderá compreender, e assim sucessivamente. Logo, é imprescindível que os profissionais do ensino descubram a avaliação como ferramenta eficiente para ajudá-los no processo educacional. O desvirtuamento da função pedagógica da avaliação talvez seja o problema central e, em parte gerador de um desinteresse pelos estudos científicos da avaliação. O problema da avaliação é de ordem macro educacional, já que as mais perfeitas

reformas ficaram sem conclusão suficientes em termos quantitativos e qualitativos. O problema é de ordem econômica se o docente não recebeu a devida formação profissional, como poderá atingir tal domínio.

Diante do exposto, conclui-se que o processo avaliativo do ensino-aprendizagem, através das formas de avaliar, possibilita ao docente o conhecimento de cada um educando, estabelecendo uma base para as atividades de ensino e aprendizagem. E o docente ao analisar os resultados do rendimento escolar dos alunos, obtém informações sobre o desenvolvimento do seu próprio trabalho, sendo assim, a avaliação escolar é um processo que deve ocorrer nos mais diferentes momentos do trabalho, visando sempre diagnosticar e superar dificuldades, corrigir falhas e estimular os alunos a que continuem dedicando-se aos estudos. Deste modo, por si, o ato avaliativo, é um ato amoroso. Infelizmente, alguns docentes, ainda vivem apegados as experiências histórico-sociais e pessoais, a cultura do exame e da nota ainda reinando na sociedade, tendo dificuldades em assim, compreender e praticar o verdadeiro significado da avaliação. No entanto, o verdadeiro significado do processo avaliativo é uma meta a ser trabalhada por nós, que, com o passar do tempo, por meio de nossas ações, transformaremos em realidade e teremos um ensino de excelência.

USOS DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: a auto-avaliação como possibilidade

Após muita leitura a respeito do tema avaliação escolar pode-se compreender como essa vem sendo feita nas escolas atualmente. Através dos estudos pode se concluir que a prática da avaliação precisa ser melhorada, pois essa está sendo uma forma de discriminação e exclusão. Além do mais, a avaliação está sendo encarada por alunos e professores como um fim e não como um meio para a educação, tanto que os objetivos dos estudantes é irem bem na prova e passar de ano. A avaliação feita nas escolas atualmente é sinônima de prova e exame.

No presente artigo foram vistas outras formas de avaliação que podem ser usadas em conjunto com a prova. O objetivo da avaliação é dar informações para o professor dirigir as aulas, de detectar o aluno que possui maior dificuldade para poder ajudá-lo, de diagnosticar, e não de testar com vem sendo feito. A divulgação de uma nota, conceito ou menção é uma exigência legal.

Sob novos paradigmas de avaliação a atribuição de nota, conceito ou menção ao desempenho do aluno, passa a perder sentido, pois o objetivo da avaliação não é o de atribuir valores que ficarão perpetuados no papel, mas unicamente de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, servindo tanto para o aluno quanto para o professor.

No desenvolver desse artigo pode ter uma visão geral dos processos de avaliação. Fez-se uma análise do atual processo de avaliação, comparou-o com o que consta na LDB e procurou-se compreender o verdadeiro significado da avaliação escolar, bem como encontrar outras formas de avaliação, que não sejam só as provas. Com isso buscou-se como objetivo maior, ser um profissional do ensino informado que se preocupam com a forma como os alunos são avaliados, dada as suas implicações que pode trazer uma avaliação bem ou mal feita, e que o objetivo do ensino seja voltado para a aprendizagem e não para a avaliação.

Fazem-se muitas críticas aos professores e ao atual sistema de avaliação. Tem-se a humildade de aceitar que o processo de avaliação é algo complexo e que os professores não podem assumir sozinha a totalidade da responsabilidade da avaliação e dos erros por eles cometidos, até por que os mesmos nem são preparados para serem avaliadores. É preciso mudar o processo de avaliação, pois ele pode ser feito com mais fidelidade, sem exclusão e propiciar uma melhoria na qualidade de ensino, trazendo conseqüências positivas para a sociedade, dada a sua importância. O atual artigo também tem a finalidade de mostrar que é preciso mudar o processo de avaliação e que isso é possível mostrando outros caminhos.

Com outra finalidade, encontramos os instrumentos auto-avaliação e avaliação entre pares que atribuem ao aluno a responsabilidade por avaliar a si e aos outros, estimulando a reflexão sobre sua participação e sua aprendizagem.

Cabe ao professor garantir as condições para que esses instrumentos cumpram suas finalidades, o que certamente gerará dados valiosos sobre os alunos e o processo de ensino.

Mais que os demais instrumentos, aqueles que têm o aluno como centro exigem que o professor explicita para os alunos aquilo que valoriza que metas tem o trabalho, a forma pela qual pretende desenvolver os conteúdos, compartilhando, ao menos em parte, seu planejamento, seu projeto de ensino com a classe, refletindo em conjunto com os alunos de que modo podem comprometer-se com metas que afinal dizem respeito à sua própria aprendizagem.

Não se pretende passar a falsa impressão de que todos os alunos acham simples a elaboração de registros ou que desde o início suas produções serão completas. São necessárias intervenções do professor para que os alunos progridam e qualifiquem seus textos.

Reformulações de textos coletivos, revisões em duplas, reescritas de textos, são estratégias que fazem parte desse processo de acompanhamento da aprendizagem do aluno. Nesse sentido, a produção de textos ou registros pelos alunos não é solicitada para atribuição de nota, mas para se obter pistas sobre o caminhar do aluno em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

De um lado, o conjunto de informações obtidas com a análise dos registros dos alunos, integrado às observações do professor, permite que ele possa refletir sobre os alunos e também sobre seu próprio trabalho. De outro, se constitui para o aluno em um momento de aprendizagem, uma vez que ele tem a chance de pensar sobre suas ações e produções, tendo também, a oportunidade de articular noções e conceitos aprendidos.

Trata-se de um processo metacognitivo de pensar sobre a própria aprendizagem, organizando suas idéias para transformá-las em texto. Isto é essencial tanto para a conscientização do aluno sobre seu processo de aprender, quanto para permitir a ele um exercício de autonomia no sentido de ter controle sobre o que aprendeu e o que ainda falta.

A prova é o instrumento mais característico do sistema de avaliação tradicional, no entanto, ela também pode ser uma fonte útil de informação. Esse instrumento é adequado especialmente quando desejamos avaliar procedimentos específicos, a capacidade de organizar idéias, a clareza de expressão e a possibilidade de apresentar soluções originais. Porém, tem suas limitações quando queremos, por exemplo, analisar como os alunos utilizam

conhecimentos em situações em que deles são exigidas argumentações em discussões com outras pessoas, ou seja, quando estamos avaliando habilidades.

O uso da prova como instrumento pode ser analisado sob diversas perspectivas, é possível estudar formas de propor as provas: orais, com consulta, sem consulta, em duplas ou grupos etc.. Por exemplo: a classe é dividida em grupos de três ou quatro alunos que têm como função rever todos os assuntos estudados e fazer uma lista que mostre aqueles temas que efetivamente tenham sido aprendidos pelo grupo. Numa segunda fase, os mesmos grupos elaboram um número determinado de questões sobre os temas listados e, finalmente, o professor elabora uma prova na qual aparece ao menos uma questão de cada grupo.

Essa proposta, depois de realizada uma ou duas vezes, propicia também que os alunos estudem uns com os outros e ampliem a cooperação com seus pares. Uma delas é o teste em duas fases, que consiste de uma prova que, em um primeiro momento, é realizada na aula sem consulta, durante um período de tempo previamente combinado com os alunos. Em uma segunda fase, os alunos receberão novamente a prova para completar aquilo que não foram capazes de fazer antes, e são avisados disso. A segunda etapa da prova ocorre após o professor ter analisado cada prova e feito uma apreciação dando pistas e sugestões a cada aluno de como pode rever e aprimorar o trabalho realizado na primeira fase.

Há, também, a falsa prova que consiste em apresentar aos alunos uma prova com questões resolvidas, com erros e acertos, de modo que a tarefa é que eles sejam os professores, devendo analisar e indicar os erros, corrigindo-os posteriormente, acrescentando uma pequena lista de indicações que possam ser úteis para quem fez aquela prova. A falsa prova pode ser realizada em duplas ou individualmente e permite perceber como os alunos utilizam o que aprenderam para analisar cada questão e sua respectiva resposta.

Os exemplos descritos podem contribuir para mostrar que a prova não precisa ser o lado escuro da avaliação e que como qualquer outro instrumento, ela terá seu uso decidido de acordo com a concepção que temos de avaliação como parte de um projeto de formação em que todas as ações têm a função de ensinar para que haja aprendizagem. Examinar os erros é um meio de fazer da avaliação algo que vai muito além de contabilizar quantos acertos e quantos erros, para dar a essa análise o sentido de ser mais um momento formador no processo de aprendizagem.

Olhar para os erros é investigar seus significados, observá-los segundo diferentes pontos de vista e, deste modo, possibilitar uma postura mais crítica sobre o que se sabe e o que falta aprender. A análise dos erros é, a nosso ver, uma das formas mais legítimas de uma avaliação personalizada e interativa.

Para o professor, a análise de erros propicia um exercício de reflexão que se constitui não em uma ocasião de sanção, mas de explicação e compreensão das dificuldades, provocando questionamentos inclusive sobre o seu próprio trabalho: “O que ocasionou o erro foi a estratégia didática utilizada? Variei as atividades a fim de ampliar as formas de abordar as noções e conceitos, possibilitando assim a compreensão do assunto ou tema?”

Para o aluno, a análise de erros confere sentido e importância aos percursos pessoais, permitindo a obtenção de referências, a possibilidade de perceber outros caminhos, deixando de ser um fator de inibição para se constituir como um elemento inerente ao caminhar da aprendizagem. Trata-se de um momento de parada para rever procedimentos, pensar novamente, reorganizar percursos.

Discutir com o grupo porque a resposta ou resultado da atividade está errado é uma das formas de trabalho que contribui muito para que o aluno reveja suas estratégias, localize seus erros e reorganize os dados em busca de uma solução correta.

Ações nesse sentido favorecem o desenvolvimento da autonomia dos alunos, contribuindo para que eles também se tornem reflexivos sobre suas produções e para que na desenvolvam crenças sobre suas aprendizagens tais como: não vale a pena perder tempo refletindo sobre uma questão, o importante é dar a resposta certa ao que o professor solicita, não podemos aprender nada através de erros, sair-se bem na avaliação é uma questão de esforço e a prática solitária é a forma de vencer dificuldades.

Essa análise impede que os erros comuns a quem inicia a aprendizagem se instalem definitivamente, ou que os alunos fiquem sozinhos com seus problemas, seus erros e incompreensões, permitindo que eles ultrapassem os sentimentos de fracasso e de culpa.

Como o próprio nome diz, trata-se de uma avaliação do aluno sobre si mesmo, sobre suas ações, suas aprendizagens e é preciso que se criem oportunidades para que isso aconteça.. É como uma leitura pessoal de suas conquistas, seus avanços e necessidades, observando limites e pontos de superação. É com essa perspectiva que a auto-avaliação e a avaliação entre pares se constituem em dois instrumentos possíveis e relevantes para a obtenção de informações no processo de avaliação escolar.

A auto-avaliação pode conferir ao aluno uma posição diferente, fazendo dele não um simples executor de ordens, mas alguém que tem clareza das metas do projeto, das críticas ao seu trabalho, domínio de seu caminhar.

Para que a auto-avaliação funcione é necessário que os alunos aprendam a fazê-la e que o professor se questione sobre como começar e quando. A prática indica que desde a Educação Infantil é possível promover a auto-avaliação.

Nessa faixa de escolaridade os alunos podem, individualmente, em duplas ou em grupos, sentar-se diante de imagens de suas atividades, fotos, desenhos, materiais que utilizaram – e conversar sobre o que aprenderam quando as realizaram, o que foi fácil, o que foi difícil, como podem fazer para superar obstáculos.

O professor pode direcionar o olhar dos alunos para os pontos que ele deseja avaliar, enquanto anota os indícios principais dessa conversa e organiza um texto coletivo que depois é lido em conjunto pelas crianças e seus pais.

Quando os alunos já começaram a escrever com maior fluência, aos 6, 7 ou 8 anos, é possível propor que eles escrevam sobre sua aprendizagem individualmente. Nesse caso, o professor pode pedir que consultem o caderno ou portfólio para lembrarem o que fizeram o que aprenderam.

Com os alunos mais velhos, além da análise sobre o que seja e para que serve a auto-avaliação, é interessante sua introdução a partir de pequenos exercícios após atividades, uma aula ou uma semana de trabalho. Por exemplo, em seguida a uma tarefa de casa, na qual havia sido solicitado que os alunos realizassem com a família um jogo de multiplicação, a professora pediu que escrevessem a ela bilhetes informando como foi a experiência e quais as dificuldades sentidas.

Outra forma de propiciar aos alunos que aprendam a fazer a auto-avaliação é o estímulo à produção de registros antes e após uma atividade, como é o caso de textos escritos após um jogo, uma atividade. Neste caso, os alunos podem escrever sobre sua atuação, algo novo que aprenderam, dizer sobre suas dificuldades conceituais e de sua relação com as regras ou com os demais jogadores, refletir sobre como se sair melhor em uma próxima vez ou em outra atividade que for semelhante àquela.

É importante enfatizar também que, embora possa haver na auto-avaliação algum item que diga respeito à avaliação das aulas ou da atuação do professor; essas informações não podem ser o centro desse instrumento. Outro cuidado é evitar que a auto-avaliação seja feita em momento de prova, por meio de questões colocadas ao final da prova.

Esse procedimento não é adequado, uma vez que exige que o aluno reflita sobre sua aprendizagem e sua atuação em um momento que por vezes pode ser de tensão, ou influenciado pelas impressões que teve as dificuldades que sentiu enquanto resolvia o que estava proposto. A auto-avaliação é uma ação que pode ficar comprometida se não houver um cuidado com o momento e a forma de sua proposição.

Trabalhar nesse sentido não apenas tem sido um meio de individualização do ensino, mas de transformar de modo significativo as relações pessoais em sala de aula, desvincula o

aluno do interesse de ludibriar o processo, disfarçar pontos fracos e negociar o conhecimento que são perigos de um ensino tradicional, regido pela pontuação pelo mérito (Perrenoud, 1995).

Mais que isso, possibilita que as relações pessoais ocorram em um clima de confiança recíproca e auxilia, conforme indica Perrenoud (1999), que possamos fazer nascer na escola a cultura da transparência, por meio de uma relação de cooperação.

Na avaliação entre pares o professor organiza o trabalho de modo a prever momentos nos quais os alunos troquem entre si e reflitam sobre os trabalhos, produções e ações uns dos outros, de modo que possam perceber aspectos comuns a sua aprendizagem, apreciar o valor das produções de cada um, aprender a conviver com as diferenças, buscar formas de cooperação mútua, conversar sobre suas perspectivas e pontos de vista. Esse instrumento de avaliação tem como meta ainda, criar na classe um ambiente no qual a comunicação seja estimulada, o conhecimento compartilhado e a tolerância desenvolvida como um valor.

Certamente o uso deste instrumento necessita de alguns cuidados, especialmente no que diz respeito a não confundir avaliação entre pares com crítica a comportamentos ou características individuais. Cabe ao professor mediar e intervir para que esse instrumento possa ser entendido pelos alunos. A avaliação entre pares precisa cumprir a função de levar o aluno a perceber a si e seu processo por meio do outro e não ser causa de sofrimento ou imobilização devido a críticas que podem aparecer quando não se tem uma pauta de avaliação.

O portfólio se constitui em um conjunto organizado de trabalhos produzidos por um aluno ao longo de um período de tempo. Tem como finalidade proporcionar um diálogo entre os envolvidos no processo avaliativo sobre aprendizagem e o desenvolvimento de cada um.

Além disso, encoraja os alunos a comunicarem sua compreensão, suas dúvidas, com um nível cada vez mais elevado de proficiência.

Um portfólio pode incluir textos, projetos, produções individuais ou de grupos, reflexões pessoais do aluno. Na discussão sobre como organizar um portfólio e o que incluir nele, é preciso considerar que não são todas as informações e registros dos alunos que irão compor a pasta, pois, se assim for, perde-se a possibilidade de uma análise mais minuciosa, seletiva e organizada dos registros e do que é essencial para o processo de avaliação.

Assim, ter um portfólio não é apenas armazenar folhas em um determinado local, mas convidar o aluno a registrar a história de seu percurso de modo a: fazer relatos do que aprendeu; incluir, na documentação, produções que revelem realizações pessoais; refletir

sobre mudanças; e, identificar experiências de aprendizagem significativas, ou não, de acordo com seus próprios critérios.

Para o aluno, elaborar um portfólio envolve a oportunidade de participar da organização do seu material, pensar sobre o que nele está contido, ou seja, se auto-avaliar. Na organização de portfólios, os alunos têm oportunidades freqüentes de folhear seus trabalhos, podendo escrever pequenos textos, organizando o que já aprenderam ao final de um período – semana, mês, bimestre ou trimestre.

Isto dá a eles a possibilidade de ter consciência sobre os avanços conseguidos, as atividades realizadas e sobre o projeto em si.

A elaboração do portfólio é de responsabilidade do aluno, mas tem a supervisão direta do professor, que auxilia na organização e na seleção das informações a serem utilizadas, estimula seu uso, prevê momentos de trabalho com a documentação, usa o portfólio no processo de avaliação e auto-avaliação.

Cada aluno pode completar seu portfólio durante uma aula, ao término de uma atividade ou ao término do estudo de um tema. É comum, especialmente se o professor levar a sério sua organização, que os alunos passem a perceber mais claramente o que desejam que esteja em seu portfólio. Entre eles surgem comentários tais como “esse texto ficou bom”, ou “esse jogo foi diferente, deu trabalho, mas aprendi”, que são importantes, pois refletem envolvimento e percepção do processo vivido na aula.

Cada aluno pode organizar um índice para o seu portfólio, uma apresentação e mesmo uma classificação que demonstre como as idéias estão sendo organizadas, trabalhadas etc..

O ato do professor é coerente com o princípio de avaliação estabelecida pelo Regimento Escolar que diz ser a mesma parte integrante do processo ensino-aprendizagem. Percebe-se que o professor ao fazer referência ao ato de avaliar, não apenas como momento do processo, tem clareza de que o mesmo ao se constituir parte integrante do ensino e da aprendizagem, requer um processo de avaliação, ou seja, ensinar e avaliar estão intrinsecamente relacionados.

Assim, a avaliação deve ser focalizada como um processo orientador e interativo que deve ser "a reflexão transformada em ação". Ação essa que nos impulse a novas reflexões.

Segundo o autor o professor que deseja ser um profissional competente, responsável seguro de sua prática docente, que orienta as atividades de aprendizagem dos alunos colaborando com eles na construção/reconstrução do conhecimento, tenderá encarar a avaliação como um processo orientador e interativo, como uma forma de diagnóstico dos

avanços e dificuldades dos alunos e como indicador para o replanejamento de seu trabalho docente.

Nessa perspectiva, a avaliação ajuda o aluno a progredir na aprendizagem, ajudam professor a aperfeiçoar sua prática pedagógica e a escola a reconstruir seu projeto pedagógico. Logo, a escola responsável não ensina a memorizar, mas a refletir, fazer relações entre dados, informações e idéias, desafiar o senso comum, aprender a pesquisar saber trocar idéias, ou seja, aprender a aprender aprendendo.

A avaliação pressupõe a ruptura da velha lógica, aprovação ou reprovação. Para construir uma nova concepção de avaliação fundamental na aprendizagem. O que não significa aprovação automática. A aprendizagem exige presença física, emocional e intelectual do aluno. Exige muito esforço e dedicação.

A ameaça de reprovação é uma motivação negativa que, quando muito, leva o aluno a "livrar-se" das obrigações de estudar. O aluno deixa assim de exercer ativamente, prioritariamente, essencialmente, sua condição de estudante, já que sua principal função não é a de alguém que estuda, mas de alguém que se desvencilha da ameaça de ser reprovado. (Paro, 2001, p. 111)

"A escola não se sentia responsável pelas aprendizagens, limitava-se a oferecer a todos a oportunidade de aprender: cabia a cada um aproveitá-la! (Paro, 2001, p. 14)

Acreditar que tais notas ou conceitos possam por si só explicar o rendimento do aluno e justificar uma decisão de aprovação ou retenção, sem que seja analisado o processo de ensino-aprendizagem, as condições oferecidas para promover a aprendizagem do aluno, a relevância deste resultado na continuidade de estudos, é, sobretudo, tornar o processo avaliativo extremamente reducionista, reduzindo as possibilidades de professores e alunos tornarem-se detentores de maiores conhecimentos sobre aprendizagem e ensino.

Avaliar exige, antes que se defina aonde se quer chegar que se estabeleçam os critérios, para, em seguida, escolherem-se os procedimentos, inclusive aqueles referentes à coleta de dados, comparados e postos em cheque com o contexto e a forma em que foram produzidos.

Modificar a forma de avaliar implica na reformulação do processo didático-pedagógico, deslocando também a idéia da avaliação do ensino para a avaliação da aprendizagem, sendo assim, tanto professores, alunos e pais precisam participar ativamente neste processo contínuo e cheio de particularidades.

Esta reflexão de pensar avaliação com foco no processo e no diálogo é importante porque objetiva comprometer atores e compartilhar responsabilidades tanto de quem ensina,

quanto de quem aprende, e também daqueles que acompanham o processo como família, estado e sociedade civil organizada.

Avaliar qualitativamente exige a sensibilidade de perceber a capacidade de cada envolvido no processo para abrir espaços no âmbito do conhecimento científico, de modo a utilizá-lo para uma melhoria de vida, seja no terreno individual seja no seu compromisso social.

Assim, a avaliação deve estar a serviço de uma pedagogia dinâmica, ser uma operação de leitura orientada da realidade e por ser uma atividade intencional, produto de determinada sociedade, deve colaborar com os mecanismos de transformação desta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação é uma janela por onde se vislumbra toda a educação. Ao indagar a quem ela beneficia e a quem interessa, questiona-se o ensino que privilegia. Ao questionar como se quer avaliar, desvela-se a concepção de escola, de homem, de mundo, de sociedade. Nesse sentido, Perrenoud (1999, p.43), explica que: “mudar a avaliação significa, provavelmente, mudar a escola”.

Transformar essa afirmação em ação pressupõe articular a avaliação ao Projeto Político-Pedagógico da escola, uma vez que é ele que dá significado ao trabalho docente e à relação professor-aluno.

Sabe-se que a avaliação realizada no ambiente escolar não pode ser considerada uma prática neutra já que reflete a concepção de homem e de sociedade que se deseja alcançar. Logo, ao escolher um método de avaliação, o professor adota um modelo construído a partir de teorias da educação com características próprias e bem definidas.

Assim, é pela escolha realizada que se define o caminho a ser percorrido pela prática avaliativa, desenvolvendo-se dessa forma, uma ação constituída por bases autoritárias de julgamento e classificação ou, de galgar a construção do conhecimento dando ênfase ao processo que percebe o aluno como sujeito interativo, que pode ser beneficiado através da interação exercida no contexto educacional.

Nesse sentido, pode-se constatar que a avaliação passou por diferentes momentos ao longo da história, e isso está refletido nas concepções pedagógicas decorrentes das teorias e paradigmas existentes.

A história pessoal do professor e o jeito como foi avaliado enquanto estudante, “a priori”, tendem a iluminar sua maneira de atuar, contudo, essa marca de identidade modifica-se em decorrência, da sua formação. E, a avaliação que, apesar de estar sempre relacionada com o poder na medida em que significa controle, pode promover o bem comum. Da mesma forma que o poder está no cerne da avaliação podendo ser um instrumento de dominação.

Acredita-se numa avaliação que leve a uma ação transformadora, com sentido de promoção social, de coletividade, de humanização.

Num processo de educação construtiva a avaliação é um elemento indispensável para a reorientação dos desvios ocorridos durante o processo e para gerar novos desafios.

Nesse contexto, conclui-se que a avaliação capaz de contribuir na formação integral da criança e do adolescente enquanto cidadão é aquela feita de forma dinâmica, participativa,

abrangente e sistemática, realizada sobre dados precisos e fidedignos, de forma individual, cada um fazendo sua reflexão e de forma conjunta por professor, aluno e demais envolvidos no processo, com a finalidade de avaliar as hipóteses levantadas e de decidir sobre as providências necessárias.

Portanto, não será com leis, decretos e fórmulas mágicas que a situação da avaliação será revertida, é necessária a reflexão e a permissão pessoal de cada educador em buscar, através de uma ação constante de questionamento, desafio, desejo de acertar, realização profissional, uso da auto-avaliação e humildade em aceitar a avaliação que o aluno faz a seu respeito.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação na educação básica/ Secretaria de Educação Especial.** MEC; SEESP, 2001.
- HOFFMANN, J. **Pontos e contrapontos.** Porto Alegre: Educação e Realidade, 1990.
- LIMA, A. de O. **Avaliação escolar julgamento e construção.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1996.
- MORETTO, V. P. **Prova - um momento privilegiado de estudo - não um acerto de contas.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PARO, V. H. **Reprovação escolar, renúncia à educação.** São Paulo: Xamã, 2001.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.** Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- SILVA, A. M. R. **Os Desafios da Educação Popular.** Jovem Cristão n. 243. Ano XXXI. Porto Alegre: Junho/93.
- VASCONCELOS, C. dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Libertad, 1994.
- WERNECK, H. **Prova, provão, camisa de força da educação: uma crítica aos sistemas de avaliação crivada de humor e propostas.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.